



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009585-88.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica S/c Ltda**
 Requerido: **Ronaldo Ribeiro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Servtrônica Segurança Eletrônica S/C Ltda. propôs a presente ação contra o réu Ronaldo Ribeiro, requerendo a condenação deste no pagamento da quantia de R\$ 1.239,26, decorrente de contrato de serviços de monitoramento eletrônico com locação de equipamento.

O réu foi citado por carta com aviso de recebimento (folhas 40), não oferecendo resposta (folhas 41), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide na forma do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de cobrança por meio da qual a autora pretende a condenação do réu no pagamento da quantia de R\$ 1.239,26, decorrente de um contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico com locação de equipamento, não tendo o réu adimplido a partir da mensalidade vencida em fevereiro de 2009. Não obstante, a autora encaminhou notificação ao réu, não tendo este efetuado qualquer pagamento, culminando com a retirada dos equipamentos do local e a suspensão do serviço de monitoramento eletrônico.

O réu foi citado por carta com aviso de recebimento (**confira folhas 40**), não tendo oferecido resposta, tornando-se revel.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Segundo a regra do artigo 319 do Código de Processo Civil, *se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.*

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido, pois não há como exigir a produção de prova negativa por parte do autor, de que não recebeu as mensalidades perseguidas por meio desta ação.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu no pagamento em favor do autor, da quantia de R\$ 1.239,26 (um mil duzentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos), devidamente atualizada e acrescida de juros de mora a partir da planilha de folhas 27. Sucumbente, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de fevereiro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**